



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000395-36.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Criminal da comarca São Miguel do Oeste

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 10/2016-CGJ

Período da correição: 25-4 a 27-6-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessora Correicional: Irys Cristiannye Bittencourt Bagio



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: São Miguel do Oeste.

Unidade: Vara Criminal.

Municípios integrantes: São Miguel do Oeste, Guaraciaba, Paraíso, Bandeirane e Barra Bonita.

Juiz titular em férias: Marcio Luiz Cristofoli.

Juíza substituta: Sirlene Daniela Puhl.

Chefe de cartório: Douglas Dill.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 20-5-2013 a 22-6-2016, autos nº 0010595-10.2013.8.24.0600.

Competência: RESOLUÇÃO N. 24/08-TJ, "(...) art. 4º Compete ao Juiz de Direito da Vara Criminal: I - processar e julgar: a) as ações criminais e as execuções penais (Lei n. 5.624/1979, art. 93); b) as infrações penais de menor potencial ofensivo (Lei n. 9.099/1995, arts. 60 e 61); c) as ações do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340/2006); d) os procedimentos para apuração de ato infracional (Lei n. 8.069/1990, art. 103). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias criminais; III - exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (Lei n. 5.624/1979, art. 93, § 1º). (...)".

Entrância: final.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.070
1.1.2	Processos em andamento	1.802
1.1.3	Procedimentos em andamento	1.268
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.385
1.2.2	Processos em andamento	1.186
1.2.3	Procedimentos em andamento	1.199
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	143	68	211
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 14-7-2016.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	2.587	215
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	3.285	273
1.4.3	Janeiro a junho de 2016	1.583	316
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	97
1.5.1.1	Criminal - Genérico - Processo Ag. Digitalização	1
1.5.1.2	Criminal - Genérico - Processo Ag. Encerramento do Ato	1
1.5.1.3	Criminal - Genérico - Processo Ag. Prazo	4
1.5.1.4	Criminal - Genérico - Processo Cumprir Audiência	2
1.5.1.5	Criminal - Genérico - Processo Recebido do Tribunal/Turma	2
1.5.1.6	Criminal - Genérico - Processo Remetidos à Delegacia	36
1.5.1.7	Execução Penal - Processo Ag. Encerramento do Ato	1
1.5.1.8	Execução Penal - Processo Ag. Prazo - Benefício	1
1.5.1.9	Execução Penal - Processo Benefícios Suspensos	1
1.5.1.10	Juizado Especial Criminal - Processo Ag. Encerramento do Ato	6
1.5.1.11	Juizado Especial Criminal - Processo Concluso para Sentença	1
1.5.1.12	Juizado Especial Criminal - Processo Remetidos à Delegacia de Polícia	37
1.5.1.13	Observações	
<p>a) Informações obtidas em 14 e 15-7-2016.</p> <p>b) Na data de 15-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 287 processos na fila. O mais antigo data de 13-4-2016.</p> <p>b.2) Ag. Análise - Recursos: existe 1 processo na fila. O mais antigo data de 13-6-2016.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 4 processos na fila. O mais antigo data de 5-7-2016.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz: existem 2 processos na fila. O mais antigo data de 5-7-2016.</p> <p>Recebido do Juiz - Despacho: existem 15 processos na fila. O mais antigo data de 3-5-2016.</p> <p>Recebido do Juiz - Decisão: existem 15 processos na fila. O mais antigo data de 23-5-2016.</p> <p>Recebido do Juiz - Sentença: existem 22 processos na fila. O mais antigo data de 8-7-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: não existem processos na fila.</p> <p>b.6) Ag. Audiência: existem 221 processos na fila. Constatou-se a existência de 17 processos com audiências já realizadas (por amostragem, cita-se 5 processos: 0001132-86.2016.8.24.0067, 0001405-65.2016.8.24.0067, [REDACTED], 0001315-57.2016.8.24.0067 e [REDACTED]).</p> <p>b.7) Cumprir Audiência: constatou-se que não há processos com audiências já realizadas.</p> <p>b.8) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], 0001029-16.2015.8.24.0067, [REDACTED], 0001710-83.2015.8.24.0067 e 0003239-74.2014.8.24.0067) por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e não há certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.9) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0001013-62.2015.8.24.0067, 0900528-24.2014.8.24.0067, 0003258-46.2015.8.24.0067, 0000993-37.2016.8.24.0067 e 0003878-92.2014.8.24.0067) por amostragem. Verificou-se que nos quatro primeiros há decisão determinando a suspensão, sendo que no último não há decisão neste sentido.</p>		



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	162	32
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		5,12%	1,01%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Vara do Processo << Campo excluído do banco de dados >>

fls. 107

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		26	11
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		207	3
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		106	140
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		12	12
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		Não se aplica	Não se aplica
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 19-4-2016. a.1) Itens 1.6.5 e 1.6.6: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 14-7-2016. b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.6: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-6-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		140	3
	Peticionamento eletrônico		27	0
	Mandados		16	0
	AR		15	0
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 19-4-2016. b) Segunda verificação em 14-7-2016.				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	0	1
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 19-4-2016. b) Segunda verificação em 4-7-2016.				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Petição Inicial - Ag. Digitalização	0	0	20	0
1.6.11.2	Ministério Público	481	147	375	39
1.6.11.3	Serviço Social	1	0	0	0
1.6.11.4	Observações				
a) Primeira verificação em 19-4-2016. b) Segunda verificação em 14-7-2016.					



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Vara do Processo<< Campo excluído do banco de dados >>

fls. 109

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	207		168	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (Marcio Luiz Cristofoli - titular)	52	0	37	1
1.6.12.2	Juiz (Sirlene Daniela Puhl)	0	0	31	0
1.6.12.3	Ministério Público	105	48	79	21
1.6.12.4	Serviço Social	1	0	0	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.5	Advogado	12	0	2	0
1.6.12.6	Defensoria Pública	16	0	0	0
1.6.12.7	Delegacia de Polícia	21	3	19	7
1.6.12.8	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016.				
	b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016.				
	c) A Juíza Sirlene Daniela Puhl respondeu pela unidade no período de 16 a 30-6-2016 (Portaria GP N. 365).				
	d) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Vara do Processo << Campo excluído do banco de dados >>

fls. 110

1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	0	0	1	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	34	16	21	5
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	0	0	0	0
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	30	21	23	12
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	5	0	11	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	65	8	59	2
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	2	1	0	0
1.6.13.8	Cartório – arquivar	28	16	36	11
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	1	0	3	0
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	4	1	18	2
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	2	1	2	0
1.6.13.14	Cartório – prazo 1 a 31	34	10	74	34
1.6.13.15	Cartório – mesa do escrivão	1	0	0	0
1.6.13.16	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	22	0	23	0
1.6.13.17	Cartório – mesa 01 a 10	4	0	0	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.18	Cartório – cumprir despacho	164	63	74	45
1.6.13.19	Cartório – cumprir despacho urgente	1	1	1	0
1.6.13.20	Cartório – expedir alvará	10	7	13	2
1.6.13.21	Cartório – expedir correspondência	0	0	3	0
1.6.13.22	Cartório – expedir edital	14	4	3	0
1.6.13.23	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir mandado	5	2	2	0
1.6.13.25	Cartório – expedir precatória	5	1	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.26	Cartório – aguardando juntada	14	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – aguardando petição	4	1	4	1
1.6.13.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.29	Observações				

a) Primeira verificação em 19-4-2016.
b) Segunda verificação em 14-7-2016.
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	1.149	77
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		316	67
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		435	163
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		18	2
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		15	1
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	439	296
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 19-4-2016. b) Segunda verificação em 14-7-2016.				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	48	42
		Definitivo		111	121
1.7.9.1	Réu preso - total			159	163
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 19-4-2016. b) Segunda verificação em 14-7-2016.					



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

Corregedoria-Geral da Justiça

Vara do Processo<< Campo excluído do banco de dados >>

fls. 112

1.7.13	Observações
a)	Primeira verificação em 19-4-2016. [REDACTED]
b)	Segunda verificação em 14-7-2016. [REDACTED]
b.2)	Verificou-se nos processos de números 0000131-03.2015.8.24.0067, 0000199-16.2016.8.24.0067, 0002387-16.2015.8.24.0067, 0001496-92.2015.8.24.0067 e [REDACTED] não há determinação e justificativa para a guarda das armas e munições no fórum, conforme a Circular n. 144/2015.



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.8.5	Observações	a) Primeira verificação em 19-4-2016. a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 1.842 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 1.480 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que o SNBA não está sendo atualizado. a.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): Existe um estabelecimento penal registrado (Unidade Prisional Avançada de São Miguel do Oeste). b) Segunda verificação em 18-7-2016. b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 1.220 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 671 estão com a situação “a definir”. Dessa forma, há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA. b.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): Existe um estabelecimento penal registrado (Unidade Prisional Avançada de São Miguel do Oeste).		



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não se aplica	Não se aplica
1.9.1.1	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 3 de agosto de 2016.

Catia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

Irys Cristiannye Bittencourt Bagio
Assessora Correicional - M35153